CURSO BREVE:

Implicações fiscais da insolvência e da recuperação

OBJETIVOS

- Identificar e analisar os principais problemas suscitados pelo regime fiscal das entidades insolventes (e/ou em recuperação);
- Compreender a articulação das normas do Direito da Insolvência e do Direito Tributário.

DESTINATÁRIOS

Este curso é dirigido a administradores de insolvência, advogados e magistrados, mas também a contabilistas certificados, credores, gestores e administradores de empresas ou estudantes na área da insolvência e da fiscalidade.

DURAÇÃO

O curso terá a duração de 16 horas

PROGRAMA RESUMIDO

1. Implicações fiscais da insolvência e da recuperação

1.1. A tributação em sede de Impostos sobre o Rendimento (IRC e IRS)

a) Sujeito Passivo
b) Base do Imposto

1.1.1. Implicações Fiscais em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) na insolvência e na recuperação de empresas

a) Declaração periódica de rendimentos
b) Pagamento Especial por Conta
c) Regime simplificado de determinação da matéria coletável
d) Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades
e) Créditos incobráveis e de cobrança duvidosa
f) A obrigação de contabilidade organizada

1.1.2. Implicações fiscais em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)

a) Declaração de rendimentos

1.2. O regime fiscal da insolvência em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

a) Incidência Real
b) Valor tributável

1.2.1. Implicações fiscais em Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

a) Declaração periódica de IVA
b) Reembolso de IVA
c) Regularizações de IVA

1.3. A tributação do património no processo de insolvência

a) Incidência objetiva e territorial
b) Incidência subjetiva

1.3.1. Implicações fiscais em Impostos sobre o Património (IMI, IMT, IS e IUC)

2. Os benefícios fiscais no processo de insolvência

2.1. Benefícios fiscais no CIRE:

a) Benefícios fiscais em sede de Impostos sobre o Rendimento (IRS e IRC)
a) Benefícios fiscais em sede do Imposto do Selo (IS)
b) Benefícios fiscais em sede de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)

2.2. Isenções em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

3. Benefícios fiscais no Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE)

4. Efeitos da declaração de insolvência sobre os procedimentos/processos tributários

4.1. No processo de execução fiscal
4.2. Nos procedimentos e processos tributários de natureza não executiva

5. Responsabilidade pelo cumprimento das obrigações fiscais declarativas e de pagamento